

DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	300.902.207,82	470.979,15	301.373.186,97
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	468.263,37	0,00	468.263,37
Decorrentes de Decisão Judicial	521.991,41	0,00	521.991,41
Despesas de Exercícios Anteriores	48.911.698,24	470.979,15	49.382.677,39
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	251.000.254,80	0,00	251.000.254,80
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	1.665.200.550,51	9.759.574,45	1.674.960.124,96

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL			
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)			730.531.081.386,06
PERCENTUAL DA DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP sobre a RCL (V) = (III c / IV)*100	0,227944%	0,001336%	0,229280%
LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	0,355468%		2.596.804.224,38
LIMITE PRUDENCIAL (parágrafo único, art. 22 da LRF)	0,337695%		2.466.964.013,16
LIMITE DE ALERTA (inciso II do § 1º do art. 59 da LRF)	0,319921%		2.337.123.801,94

Fonte: Tesouro Gerencial

Notas:

1)Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados também são consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;

b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.

2) O valor de R\$ 495.990,76 não foi deduzido, no item II, linha "despesas de exercícios anteriores", por se tratar de despesa pertencente ao período de apuração, conforme orientações contidas no Manual de Demonstrativos Fiscais, válido para o exercício financeiro de 2017, do Ministério da Fazenda/STN, 7ª edição, página 496. O valor de R\$ 282.514,20, referente às despesas de exercícios anteriores (fontes 156 e 169), está computado no valor, no item II, linha "inativos e pensionistas com recursos vinculados".

ANEXO II

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA TERCEIRA REGIÃO
CONSOLIDAÇÃO DA REPUBLICAÇÃO DOS RELATÓRIOS DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
ITEM 9.4 DO ACÓRDÃO 553/2017-TCU-PLENÁRIO

R\$1,00								
	PERÍODO							
	2ºQ/2015	3ºQ/2015	1ºQ/2016	2ºQ/2016	3ºQ/2016	1ºQ/2017	2ºQ/2017	
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	1.674.722.039,33	1.708.565.778,18	1.727.302.756,05	1.743.187.186,42	1.861.339.378,47	1.918.761.156,51	1.976.333.311,93	
DESPESA NÃO COMPUTADAS (§1º do art. 19 da LRF) (II)	224.197.741,45	202.921.830,60	212.964.336,49	220.394.270,03	279.921.730,32	289.032.681,42	301.373.186,97	
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I-II)	1.450.524.297,88	1.505.643.947,58	1.514.338.419,56	1.522.792.916,39	1.581.417.648,15	1.629.728.475,09	1.674.960.124,96	
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL								
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	656.857.642.623,16	674.522.742.049,70	700.438.647.763,34	695.041.041.696,34	722.474.299.181,58	718.531.431.019,48	730.531.081.386,06	
% da DESPESA TOTAL COM PESSOAL DTP sobre a RCL (V) = (III / IV) *100	0,220828%	0,223216%	0,216199%	0,219094%	0,218889%	0,226814%	0,229280%	
LIMITE MÁXIMO <%>	0,260964%	0,260964%	0,260964%	0,260964%	0,260964%	0,260964%	0,260964%	
LRF, art. 20, incisos I, II e III	0,260710%	0,260710%	0,260710%	0,260710%	0,260710%	0,260710%	0,260710%	
Resol. CNJ 5/2005	Ato decorrente :	Proc.Adm. SI-GED nº 2001160727						
Resol. CNJ 26/2006	Ato decorrente:	Resolução CJF nº 184/2012						
Resol. CNJ 177/2013	Ato decorrente:	Resolução CJF nº 250/2013						
Justiça do Trabalho / Ato Conjunto TST.CSJT/2015	-	-	-	-	-	-	-	

1) Em conformidade ao contido no item 37 do Acórdão nº 3244/2011 - TCU - Plenário, a Justiça Federal da 3ª Região iniciou a publicação individualizada do Relatório de Gestão Fiscal a partir do 3º quadrimestre de 2011.

MARIA APARECIDA MARTINEZ CILIANO
Diretora da Secretaria de Planejamento, Orçamento e Finanças

AMADOR SANT'ANA FILHO
Diretor da Subsecretaria de Controle Interno

GILBERTO DE ALMEIDA NUNES
Diretor-Geral

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO ESPÍRITO SANTO

PORTARIA Nº 9, DE 25 DE SETEMBRO DE 2017

Torna público o Relatório de Gestão Fiscal do Tribunal Regional Eleitoral do Espírito Santo relativo ao segundo quadrimestre de 2017.

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO ESPÍRITO SANTO, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto nos arts. 54, inciso III e parágrafo único, e 55, § 2º, da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, e ainda no Procedimento Administrativo nº 4.147/2015, resolve:

Art. 1º Tornar público o Relatório de Gestão Fiscal do Tribunal Regional Eleitoral do Espírito Santo relativo ao segundo quadrimestre de 2017 e Consolidação da Republicação do Relatório de Gestão Fiscal, nos termos do Anexo a esta Portaria.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

SÉRGIO LUIZ TEIXEIRA GAMA

ANEXO

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO ESPÍRITO SANTO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
SETEMBRO DE 2016 A AGOSTO DE 2017

RGF - ANEXO 1 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a") R\$ 1,00		
DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS	
	(Últimos 12 meses)	
	LIQUIDADAS (a)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (1) (b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	98.272.764,82	1.227.689,58
Pessoal Ativo	83.923.469,06	1.202.459,39
Pessoal Inativo e Pensionistas	14.349.295,76	25.230,19
Outras despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	-	-
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (II) (§ 1º do art. 19 da LRF)	13.718.141,36	-
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	-	-